

IV Simpósio de História do Maranhão
Oitocentista: Escravidão e Diáspora
Africana no século XIX

09 a 12 de junho de 2015

Local: Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Prédio do Curso de História, Praia Grande, São Luís - Ma.

(RE) CONSTRUINDO SUAS HISTÓRIAS: as memórias do Rio Grande (Bequimão - MA) e o contexto da escravidão.

Daisy Damasceno Araújo¹

INTRODUÇÃO

O Rio Grande, situado na microrregião do litoral ocidental maranhense, no município de Bequimão, é um povoado identificado pelos regionais como sendo um lugar ocupado “por pretos”. Possui mais de setenta famílias que se reproduzem através do trabalho agrícola, da pesca e da criação de animais de pequeno porte, mantendo manifestações culturais e saberes locais: festas de santos, forró de caixa, tambor de crioula, dentre outras manifestações. Essas famílias ocupam esse território secularmente, segundo a memória dos mais velhos. Diversos são os costumes e formas de vida dos moradores, porém algo lhes é específico: a posse comum da terra.

A história do Rio Grande e suas constantes mobilizações e luta por reconhecimento, estão presentes na memória de seus moradores, expressas na resistência à opressão histórica sofrida no passado e no presente. Muitos deles têm assumido esta luta por reconhecimento e adotado para si a pertença étnica enquanto *quilombolas*, que aos poucos vai ganhando força e fazendo sentido em suas lutas constantes para se manterem na terra, expressas nas dinâmicas organizacionais desenvolvidas nos últimos anos.

Nesse processo, muitos moradores do Rio Grande têm utilizado elementos de sua história para se legitimarem como sujeitos de direito, dialogando, em especial, com o decreto 4887/2003. Este decreto, criado para regulamentar o artigo 68² dos ADCT (CF/88), caracteriza como *remanescentes das comunidades dos quilombos* “os grupos

¹ Doutoranda em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

² O artigo 68, dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, preceitua que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

étnicos raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Para obter o reconhecimento como *remanescentes das comunidades dos quilombos*, os grupos devem remeter à Fundação Cultural Palmares (FCP), caso os possua documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais, ou em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (a história do Rio Grande)³.

Visando atender ao requisito de *presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*, o Rio Grande iniciou um processo de construção de sua história, pautada em elementos que configurariam essa ancestralidade. Fazendo uso da memória de “seus filhos”⁴ os moradores mais velhos e alguns dos mais novos, foram selecionando os elementos (de acordo com suas memórias) que poderiam legitimá-los como quilombolas.

A luta por reconhecimento enquanto *remanescente das comunidades dos quilombos* envolve, sob o meu ponto de vista, dois elementos centrais: uma organização política pautada na ação coletiva dos atores sociais que vivenciam esse processo e a construção de elementos de identificação com uma nova categoria que lhes permita a *auto atribuição*, a *auto definição* enquanto sujeitos de direito. Esses dois pontos centrais nos levam a outro debate.

Organizar-se politicamente significa tentar, minimamente, entender a lógica da racionalidade moderna que gere a burocracia estatal, a mesma que estabelece os critérios que os grupos que pleiteiam o direito devem cumprir para o reconhecimento formal como *remanescentes de quilombos* e o início dos trâmites para a titulação da terra. Por outro lado, a auto definição ocorre de acordo com critérios estabelecidos pelos próprios grupos, a partir do que consideram como elementos relevantes segundo dinâmicas e processos sociais atuais.

O texto constitucional não evoca apenas uma “identidade histórica” que pode ser assumida e acionada na forma da lei. Segundo o texto, é preciso, sobretudo, que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito,

³ Dados retirados do site da Fundação Cultural Palmares, referente aos procedimentos de Certificação de Comunidades Quilombolas.

⁴ A expressão “filhos do Rio Grande” é utilizada costumeiramente por seus moradores para definir aqueles indivíduos que nasceram no Rio Grande e, portanto, são filhos daquela terra.

deverá ser em seu nome titulada (como reza o art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988). Assim, qualquer invocação do passado deve corresponder a uma forma atual de existência capaz de realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado. (O'DWYER, 2002: 14).

Segundo nos propõe Souza Filho (2008), a categoria *quilombola* não é uma categoria de auto definição nos mesmos termos que *preto* e *caboclo*, por exemplo, o são em outros momentos.

Em outras palavras, é a partir do reconhecimento social do problema que tal categoria passa a ocupar um lugar de destaque em diferentes campos, seja ele intelectual, político ou institucional, já que se impôs socialmente como relevante em função de sua vinculação direta com o problema social que lhe dá sustentação e visibilidade. Em função disso, a ação política, principalmente dos mediadores, tende a apresentá-la como fator de mobilização e identidade (SOUZA FILHO, 2008: 29).

De acordo com a análise feita por O'Dwyer (2002), o fato de o pressuposto legal referir-se a um conjunto possível de atores sociais organizados de acordo com sua condição na atualidade, permite conceituá-los como *grupos étnicos* que persistem ao longo dos anos como um “tipo organizacional”, segundo processos de exclusão e inclusão que possibilitam definir os limites entre os considerados de dentro ou de fora, valorizando os “sinais diacríticos”, que expressam as diferenças que os próprios atores sociais consideram como significativas. (BARTH, 2000)

Dialogando com esse dado, a autora estabelece a crítica aos essencialismos produzidos acerca do conceito de quilombo, afirmando que estes grupos são percebidos como grupos étnicos “sem qualquer referência necessária à preservação de diferenças culturais herdadas que sejam facilmente identificáveis por qualquer observador externo, supostamente produzidas pela manutenção de um pretenso isolamento geográfico e/ou social ao longo do tempo”. (O'DWYER, 2002: 14)

No caso do Rio Grande, a construção da identidade é atrelada ao componente étnico, que nos permite considerar que a “afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum como de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados” (O'DWYER, 2002: 14).

Desta forma, a identidade étnica tem sido diferenciada de “outras formas de identidade coletiva pelo fato de ela ser orientada para o passado, não o passado da ciência histórica, mas aquele em que se representa a memória coletiva a que se referem os membros desses grupos” (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998: 13). Assim, essa referência a uma origem comum presumida parece recuperar a própria noção de quilombo definida pela historiografia. De acordo com a análise de O'Dwyer (2005: 3),

“a construção de uma identidade originária dos quilombos torna-se uma referência atualizada em diferentes situações etnográficas nas quais os grupos se mobilizam e orientam suas ações pela aplicação do artigo 68 do ADCT”.

AS MEMÓRIAS DO RIO GRANDE E O CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO

Neste processo de luta por reconhecimento, cabe destacar um elemento central: o acionamento de histórias do grupo vinculados com o passado da escravidão, antes silenciadas. Esse processo iniciou-se em um dos primeiros contatos dos moradores com agentes externos de mediação: grupos de pesquisa da UEMA⁵ e membros da ACONERUQ⁶.

Assessorados por esses agentes, um dos primeiros passos dos moradores foi o de tentar descobrir se aquela terra era devoluta ou registrada em nome de particular para que, posteriormente, pudessem saber que rumos tomar no processo de titulação da terra. É nesse sentido que as histórias do grupo vêm à tona e o papel do pesquisador/mediador, que escuta, seleciona e as escreve, acaba ganhando destaque nesse processo, tanto nas entrevistas com os moradores, quanto no mapeamento da documentação.

Foram realizadas pesquisas documentais nos Registros de Terras Públicas do século XIX, pertencentes ao acervo do APEM⁷. Além disso, foi feito levantamento cartorial, neste caso nos Cartórios de Alcântara, em razão do antigo vínculo entre os territórios de Alcântara e Bequimão. Porém, antes disso, foi realizada uma pesquisa no ITERMA, para tentar identificar a atual situação das terras de Bequimão e, se possível, identificar o caráter – devoluta ou particular – das terras do Rio Grande, pensando na posterior regularização e titulação das terras.

Alguns dos informantes nasceram na década de 1950, como Seu Agnaldo e Dona Elza, e se dispuseram a contar a história comum do grupo conforme suas representações individuais, articuladas a uma memória coletiva, lhes permitia fazê-lo. Pollak (1992), em sua discussão sobre memória e identidade social, apresenta os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva, destacando os

⁵ Grupo de pesquisa liderado pela antropóloga e professora do Departamento de Ciências Sociais da UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), Marivânia Furtado.

⁶ Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

⁷ Arquivo Público do Estado do Maranhão.

acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos “vividos por tabela”, estes últimos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.

Os mais velhos tiveram suas vozes valorizadas nesse processo, relatando suas origens, suas memórias e o que “restou do passado”. Ao escutar as primeiras histórias sobre a ocupação do Rio Grande, os discursos apresentavam pontos em comum, mas também algumas divergências e diversas referências sobre a forma como a terra fora ocupada. Dei-me conta de que a história do Rio Grande é muito mais “plural” (no sentido das formas de ocupação) do que as indicações percebidas no primeiro olhar pareciam sugerir.

O percurso para (re) escrever essas histórias baseava-se em um longo caminho, que partia da escuta dos mais velhos (e também dos mais novos), visando investigar a origem de seus familiares, a relação de identidade construída naquele espaço, o sentimento de pertença àquele lugar, a memória propagada por seus antepassados, presente até hoje, e/ou “recuperada” para este fim. O foco era a *ancestralidade negra* na ocupação do Rio Grande, visando dialogar com o critério de identificação presente no Decreto 4887/03.

De início observei que a memória dos moradores do Rio Grande não havia selecionado histórias relativas ao tempo das fugas da escravidão. Este era um passado silenciado que, com a interferência dos de fora, passou a ser acionado, retomado e mencionado pelos mais velhos. Os mais jovens conheciam pouco sobre esse passado. E, mesmo nos dias atuais, não se sentem autorizados a falar sobre esse tempo, sempre indicando “quem sabe contar”. Isso é resultado de um processo seletivo da memória, que tem conduzido a valorização de um qualificativo que era negado.

De acordo com a memória de “seus filhos”, o Rio Grande possui indícios de que tenha sido um espaço de liberdade no período da escravidão. Lá viviam pessoas, em relativo isolamento, nas proximidades do Rio dos Fugidos. A denominação do rio sugere que ali fosse um local de acolhimento daqueles que conseguiam fugir da escravidão. No entanto, esse não costumava ser um elemento reforçado na memória do Rio Grande.

No início das pesquisas, Seu Agnaldo foi considerado um dos principais informantes, sempre indicado pelos moradores como “fala autorizada” para contar a história do Rio Grande. Professor da escola do povoado (e também “filho” do Rio Grande), Seu Agnaldo sempre afirmava, em suas falas, a necessidade da “volta” ao passado, do retorno às origens, para compreensão da história e do seu lugar de pertença.

Criticava como essa história aos poucos estava se “perdendo” e deixando de ser interessantes para os mais jovens.

Os relatos orais dos moradores e a pesquisa documental me levaram a perceber o Rio Grande como um lugar ocupado tradicionalmente, com trajetória histórica própria e dotada de relações territoriais específicas configurando o estabelecido no decreto 4887/2003.

Desta forma, visando o reconhecimento, era necessária a apresentação de dados que afirmassem a presunção de “ancestralidade negra” do grupo. Entretanto, no início da pesquisa, assumir uma identidade ligada ao passado da escravidão significava, para muitos dos moradores, carregar um estigma depreciativo.

De início esse foi um fator que me inquietou bastante. Eu tentava entender como alguns moradores faziam questão de assumir-se e de aderir à luta pela terra, enquanto outros pareciam querer negar a ligação com o passado da escravidão. A palavra “escravo” era sempre recebida com um olhar de desconfiança. Reconheciam a existência da escravidão no engenho do Ariquipá, terra limite com o Rio Grande, hoje também reconhecida pela FCP. Dona Eugênia narra que:

No Ariquipá mamãe me contava que tinha era gente dos olhos azul (...) E tinha uns preto da África aí nessa escravidão; diz que eles trouxeram preto da África, mas eles matavam quase tudo; mamãe sempre me contava que os mais velhos contavam pra ela que “davam” era muito neles, chega escutavam eles gritando, diz que botava no fogo, queimavam; era triste. (Entrevista. Junho de 2009)

Com relação ao Rio Grande isso não ocorria, a escravidão nem sempre era mencionada. No entanto, a dinâmica de atualização do termo *quilombo* permitiu uma inversão de posições sociais. Se no passado ter ligações com a escravidão significava manter-se à margem da sociedade, no presente houve um processo de inversão. Ser *remanescente de quilombo* exige um processo de auto definição e um reconhecimento público e legal de um caráter étnico antes negado.

A respeito do estigma e da revolta contra este, Bourdieu faz uma análise coerente, e afirma que:

O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma constituído assim em emblema – segundo o paradigma ‘black is beautiful’ – e que termina na institucionalização do grupo produzido (mais ou menos totalmente) pelos efeitos econômicos e sociais da estigmatização. É, com efeito, o estigma que dá à revolta regionalista ou nacionalista, não só as suas determinantes simbólicas, mas também os seus fundamentos econômicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objectivos da acção de mobilização (BOURDIEU, 2007: 125. Grifos do autor).

Nesse sentido, para alguns moradores do Rio Grande, aos poucos assumir o passado com a escravidão, antes silenciado, aos poucos começaria a fazer sentido assim que a história do Rio Grande começasse a ser “recuperada” e registrada para alcançar o reconhecimento junto a Fundação Cultural Palmares (FCP), a legitimidade enquanto sujeitos de direitos, a reparação de danos históricos e a titulação de suas terras.

Atualmente seus moradores reforçam elementos que lhes permitam afirmar a imemorialidade e a *ancestralidade africana* na posse da terra. Em um dos primeiros relatos sobre a história de ocupação, Seu Agnaldo caracterizou a ocupação do Rio Grande da seguinte forma.

Vestígios de habitações, bem antes dos negros fugitivos, isto é, pelos indígenas, que ocuparam e muito o pedaço de terra. Se sabe que moraram várias pessoas negras fugitivas aqui perto das várzeas e cabeceiras dos pequenos córregos, afluentes do rio maior, que se chama Rio Grande. Eles vieram de fazendas vizinhas, até mesmo de outros municípios como Alcântara, Pinheiro, Viana, etc, ocupando especialmente o porto da cabeceira, que ainda havia moradores e pra chegar até aqui. Ainda no século XVIII veio um casal de negros da fazenda Canjiqueira e fizeram moradia onde atualmente hoje em dia é chamado Sítio Velho do Rio Grande. Antes disso, já morava a uns dois quilômetros daqui, uma família que plantaram e cultivaram muita manga e café. Daqui eles se mudaram para o Monte Alegre. (Conversa informal. 01.05.2008)

De acordo com a memória dos moradores, o Rio Grande existe há, aproximadamente, cento e cinquenta anos. Inicialmente foi ocupado por indígenas (como observei em documentos históricos relativos ao povoado de Bequimão) e, em seguida, por escravos. Estes, visando à liberdade, fugiam das fazendas vizinhas e se instalavam nas matas próximas.

Na pesquisa relativa à ancianidade de ocupação do território do Rio Grande foram identificadas algumas famílias dos primeiros moradores. Essas famílias estavam interligadas e relacionadas à *ancestralidade negra* – presença de *quilombos* – e a relação destas com camponeses livres que passaram a ocupar o território do Rio Grande.

É importante ressaltar a proximidade do Rio Grande a diversos engenhos de cana de açúcar, como os de Ariquipá, Tijuca e Palestina. Além disso, o Rio Grande era passagem para muitos outros povoados, freguesias e portos de embarque, o que favoreceu com que muitas famílias aos poucos fossem ocupando aquele espaço. Seu Agnaldo afirma que:

(I) Essas parte onde tem esses moradores mais antigo são o pessoal negro que vieram, agora não se sabe. Veio de Ariquipá? Aqui tem gente que veio até de **Viana**, tem geração aqui até de **Viana**, do tempo que foi liberado a escravidão. Se criou uma pessoa aqui que ela disse que quando ela nasceu já tinha sido abolido... eu ainda conheci ela aqui, chamava Antônia Besouro, ela era bisavó de Canuta. Ela veio de lá, criança. Teve uma família que trouxe. A mãe dela era escrava.

(II) O pessoal lá do sítio, do **sítio velho**, eles falam também que era também os negros, que vieram de outra fazenda, lá de perto do **Paricatiua**, chamado **Canjiqueira**, que vieram pra cá, uma família só.

(III) Veio família lá de **Alcântara**, negros também, que fizeram casa lá de quem vai pro **Ariquipá**, um localzinho que tem lá, chamavam **Coque**, lá tem um Mangueiral velho também, essas famílias moravam lá. Por final, a minha avó quando veio de Alcântara ela foi trazida por eles, garota, bem negrinha, ela foi trazida por essa família.

(IV) Às vezes eles vinham, se escondiam, ficavam aí um tempão e ninguém olhava. Por que peixe tinha a vontade, farinha é como se diz, plantavam no mato, como índio, como se diz naquele tempo. Aí ficava lá aquela família. As vezes a pessoa sozinha ficava aí dentro do mato, sozinha. Por que o meu avó, velho, contou pra minha mãe que quando ele se entendeu tinha um senhor que morava sozinho lá em cima da cabeceira do rio. A minha mãe não conhecia, só via dizer. Hoje em dia ainda tem lá, ainda acha é muita pedra de Benedito, diz que era Benedito o nome dele, era um negro, morava lá. Logo na entrada do Rio dos Fugidos tinha uma casa bem grande. (Entrevista em 13.12.2008)

Esse relato expressa as diversas ocupações que povoaram o Rio Grande. Inicialmente, alguns grupos de escravos, ou mesmo escravos em pequena quantidade teriam se “refugiado” no meio das matas, nas proximidades do Rio dos Fugidos. No período de declínio do regime escravocrata e com o fim da abolição formal, em 1888, as povoações começaram a se concentrar mais próximas da sede do município de Bequimão (Santo Antônio e Almas/Cabeceira) e de outros municípios (como as Vilas e Freguesias de Alcântara, Viana, entre outros).

A *ancestralidade negra* se faria presente nas diversas ocupações da terra do Rio Grande e em alguns outros elementos, como por exemplo, no nome de um dos rios que corta o povoado, já mencionado: o Rio dos Fugidos. Sobre esta nomenclatura dona Matilde, esposa de seu Agnaldo afirma:

A minha avó contava que o nome do Rio era Fugido por que o pessoal vinha fugido da escravatura; tinha aquela velha que morava lá. Eu digo minha avó, mas era minha sogra. A minha sogra me contava que ia fazer a roça, na época tava nova, ela ia fazer roça pra lá e eu ia com ela. Aí ela achava caco de vidro, achava caco de pote, aí tinha aquela fornalha de forno, que eles tinham trabalhado no forno né?! Aí a minha sogra, que eu chamava de vó, ela falava assim: Aqui foi os escravos que vieram lá do engenho do Ariquipá e fizeram moradia aqui, aí morava aqui na beira desse rio, e por isso o nome do rio é *fugido*. Aí lá era caco de tigela, lá era caco de pote, lá era caco de tudo, a

gente achava. Ainda acha tudo isso lá, que nunca se acaba. Aí ela falava que era os fugidos que fugiram de lá, e vieram e fizeram essa moradia, e moravam lá. E tinham muito esse ferro velho, tudo, aquele forno. Ela falava que eles faziam forno pra mexer farinha aí dentro dos matos, na beira do rio. Faziam aquele forno de barro, e lá mesmo eles plantavam a mandioca e lá mesmo eles faziam a farinha. Ela me contava muito. E tinha mesmo umas tapera velha que eles moravam. Aí nós ia pra lá assim trabalhar e ela me contava. Ela falava também que tinha uma preta velha que veio num sei de onde e morava lá num mato mais ali que eles chamam de Brilhante, na beira de um rio também, lá tem umas juçareira, ela falava que era essa mulher que morava lá, e que tinha vindo também de lá, do Aripipá, foi pessoas que vieram do Engenho morar praí. (Entrevista. Março de 2009)

Esse relato apresenta alguns pontos centrais para discussão. Um deles diz respeito ao nome do rio, que estaria ligado à resistência escrava. Como relatou dona Matilde, o nome do rio se deu em razão das concentrações de escravos que teriam ocupado as suas margens para construir habitações. De acordo com entrevista feita com Seu Joquinha, os primeiros prováveis moradores do Rio Grande foram um casal de irmãos, que teriam vindo do município de Alcântara.

“A mãe da minha bisavó, que era uma negra que vivia em Alcântara, veio morar na casa de uns brancos que viviam no Sítio do Coque, como era chamada também a região que se situa o Rio Grande. Um desses irmãos que era a Marciana, teve filhos com um negro chamado Januário, que vivia também no mesmo sítio.” (Entrevista. Abril de 2009).

Essa teria sido uma das primeiras ocupações do território. Os informantes, ao relatarem suas histórias, vão apresentando diversos discursos sobre a ocupação do Rio Grande. Seu Joquinha assim relatou uma família de *ancestralidade negra* que teria ocupado o Rio Grande: uma escrava chamada Marciana teria vindo “bolando” com seu irmão e ido para o Rio Grande, já na época de declínio do sistema escravocrata. Chegando ao Rio Grande a escrava de nome Marciana teria “dado de namoro” com Januário (filho de escrava com senhor de engenho) e irmão da bisavó de seu Joquinha. Desse relacionamento teriam nascido alguns dos moradores mais velhos do Rio Grande: Romão Luís, Salustiana e Leôncia Velha, esta última avó de seu Luís Mariano (o atual “dono do santo”, cuja festa secular – sem data exata de início – é realizada no mês de junho todos os anos em honra e devoção a Santo Antônio).

Em análise das primeiras famílias que ocuparam o Rio Grande, destaca-se a relação da ocupação com outras comunidades quilombolas, percebendo os sujeitos que vieram desses lugares onde também vicejou a escravidão. Tenteamos estabelecer relações com histórias que contavam especificamente sobre a vinda de escravos para as terras do Rio Grande. Um elemento central na construção da história do Rio Grande,

ligado ao passado da escravidão, diz respeito à existência do rio dos Fugidos. A presença de um rio, nas matas mais fechadas do Rio Grande, com este nome, é um elemento que se valorizou bastante nesse processo e é muito recorrente na memória dos mais velhos. Em conversa com Seu Chita, ele afirmou:

Os antepassados do Rio Grande moravam naquelas proximidades. Ainda hoje tem vestígios lá. Os fornos que eles faziam farinha era feito de barro. Não fica tão longe daqui do sítio. Tá um pouco difícil de ir lá agora por que o mato cresceu. Só mesmo os mais antigos, que sabem onde era, para localizar diretamente lá. **Essa ocupação do rio dos Fugidos que deu origem ao Rio Grande de hoje. Essa comunidade foi crescendo e crescendo.** O rio dos Fugidos liga com o rio das Pedras, perto da nascente do rio Grande. **Lá não se abrigavam apenas pessoas que fugiam do Ariquipá, mas vieram pessoas do município de Alcântara. A estrada passava aqui para o Engenho de Ariquipá, por isso eles ficavam mais pra longe, pra dentro das matas. Com o tempo, os escravos foram liberados [sic].** Depois chegou a família que trouxe o Santo Antônio padroeiro, se localizaram aqui, onde é o festejo de Santo Antônio. **Eles quando vieram, depois da libertação, vieram pra morar aí, com a imagem do Santo Antônio.** Se não me engana, eles vieram de um lugar pra cá pro lado de Peri Mirim, chamado Remédios. Com o tempo essa família ou morreu ou se mudou, não sei bem explicar isso. Aí o santo foi levado pra lá. Aí ficou um tempo aqui sem festa. O povo sentiram falta e foram buscar a imagem, de volta. Hoje quem guarda o santo é o Luis Mariano, neto de uma senhora de nome Leôncia, que uma das que a gente ainda lembra que organizava a festa. Ele ficou com a imagem, mora no mesmo lugar, ele organiza tudo lá, entendeu? Mas essa imagem veio desses parentes. **Por que pra lá também tinha refúgios,** nessa região de Remédios, que era o nome da comunidade lá. A comunidade foi crescendo aqui em volta, tinham essas pessoas morando lá pra esse São Raimundo (dentro do Rio Grande). Eles nunca abandonaram o São Raimundo. Agora que ele já tem pouco morador, mas antigamente tinha muito morador lá. Depois uns vieram mais pra cá, uns foram pra São Luís, outros pra Bequimão. E aí foi multiplicando a comunidade. Hoje tem muita gente fora daqui, mas também ainda tem muita gente aqui. (Conversa informal em 17 de julho de 2011. Grifos meus).

Como podemos perceber nos *grifos* que destaquei, seu Chita chama atenção para vários elementos interessantes: o povoamento inicial nas proximidades do rio dos Fugidos; o crescimento da comunidade e a vinda dos moradores para a proximidade da estrada, depois da libertação dos escravos; a relação com outros municípios que também tinham a presença de “refugiados”, como Alcântara e Peri Mirim; a chegada do Santo Antônio, padroeiro do Rio Grande; a migração de muitos moradores do Rio Grande para outros centros; e a permanência de muitos que ainda moram nas terras do Rio Grande.

No que diz respeito à documentação escrita, não foi encontrado nenhum registro que fizesse menção à posse de terra em nome de particulares no povoado do Rio Grande. Posteriormente a esses mapeamentos da história de ocupação do Rio Grande e

dos documentos antigos que poderiam fazer menção à terra do Rio Grande, trabalhamos na construção da Carta que seria enviada à Fundação Cultural Palmares, intitulada *Trajetória comum da comunidade remanescente de quilombo Rio Grande – Bequimão/Ma.*

Partimos do dado de que a FCP solicita que os grupos remetam, caso os possuam, dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais, ou em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 19 de novembro de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União, o Rio Grande foi reconhecido e certificado pela FCP, sendo os seus moradores certificados enquanto *remanescentes das comunidades dos quilombos*. A partir desta data, o Rio Grande foi inserido no cadastro nacional de comunidades quilombolas, passando a ser beneficiário de algumas das políticas oferecidas pelo Programa Brasil Quilombola. No ano de 2010, seus moradores se mobilizaram para participar do *Programa Minha Casa Minha Vida Rural*, que beneficiaria comunidades quilombolas, em torno de 50 famílias, com casas de alvenaria.

Sem analisar aqui os conflitos internos que a proposta desse programa acarretou, podemos destacar que, aos poucos, os moradores começavam a se mobilizar e desenvolver processos organizacionais autônomos que independem da presença do grupo de pesquisa.

Nesses últimos anos, o Rio Grande tem vivenciado e desenvolvido práticas que aos poucos parecem reforçar a identificação como novos sujeitos de direito. Os moradores que são ativos na Associação, que participam das reuniões, dos debates externos, que recebem os pesquisadores, já acionam a identificação com a categoria quilombola e, aos poucos, têm contribuído para que essa categoria de auto atribuição seja, de fato, um elemento de identificação étnica.

A visibilidade (interna e externa) do Rio Grande enquanto uma comunidade quilombola é um processo em gestação. Pensar o Rio Grande hoje implica perceber a nova dinâmica vivida por seus moradores que, orientados pelas determinações legais, investiram na seleção de memórias que remetessem a uma trajetória histórica própria, marcada pela

presunção de “ancestralidade negra”, na auto definição como grupo étnico-racial, dotado de “relações territoriais específicas”.

Essa dinâmica tem sido marcada, ainda, por um investimento no associativismo, especialmente por se configurar, também, como um pré-requisito dos trâmites legais para titulação da terra. Desta forma, o olhar sob o Rio Grande tem se dado no sentido de perceber como o grupo começa a se relacionar com essa identificação. Os moradores, em especial aqueles que se encontram vinculados à associação, têm, cotidianamente, construído elementos que afirmam ser fundados na tradição do grupo, como forma de legitimar e sustentar constantes lutas travadas pela permanência na terra que afirmam ocupar secularmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: **Frechal terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís: CCN, 1996.

_____. e PEREIRA, Deborah Duprat de Britto. **As populações remanescentes de quilombos** – direitos do passado ou garantia para o futuro? Seminário Internacional – As Minorias e o Direito. CJF: 2003. Série Cadernos do CEJ; v. 24.

_____. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2006.

ALONSO, Sara. O “movimento” pela identidade e “resgate das terras de preto”: uma prática de socialização. In. ABA - Associação Brasileira de Antropologia (Org.). **Territórios Quilombolas. Prêmio ABA/MDA**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Quilombolas: etnicidades emergentes?** Subsídios para uma discussão. Ciências Humanas em Revista. V. 4, Nº 1. São Luís: Junho, 2006.

_____. Novos sujeitos de direitos e seus mediadores – uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de Estado. In. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia** – n. 27, 2º sem. 2009. Niterói: EdUFF, 2009.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohring. Quilombos Maranhenses. In. GOMES, Flávio dos Santos. REIS, João José Reis. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ARAUJO, Daisy Damasceno. **“Aê meu pai quilombo, eu também sou quilombola”**: o processo de construção identitária em Rio Grande – Maranhão. São Luís, 2012. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA, sob a orientação da Profa. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho).

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In. **Mana**. Rio de Janeiro. V. 03, n. 2, Outubro de 1997.

_____. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006. (Coleção Ciências Sociais).

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e seus limites. In: Poutignat, P; Streiff-Fernart, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Estado Multicultural e Políticas Públicas**. São Luís: Edufma, CNPQ, 2008.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão**: um Rio Grande de (im)possibilidades. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente. Presidente Prudente: mimeo. 2012.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. **O papel social do antropólogo**: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PROJETO VIDA DE NEGRO. **Terra de Preto no Maranhão**: quebrando o mito do isolamento. Coleção Negro Cosme. Vol. III. São Luís: SMDH/CNN-MA/PVN, 2002.

_____. **Jamary dos Pretos**: terra de mocambeiros. Coleção Negro Cosme – Vol. II. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1998.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p. 227-278.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os pretos de Bom Sucesso**: terra de preto, terra de santo, terra comum. São Luís: Edufma, 2008.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. EdUnb: Brasília, 1991.